



Fundação de Previdência Complementar do
Estado de São Paulo
SP - PREVCOM

Conselho Fiscal
Relatório de Controles Internos
1º Semestre de 2016

SUMÁRIO

1.Introdução.....	1
2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos.....	2
2.1.Políticas de Investimentos para o exercício de 2016.....	2
2.2.Alocação.....	2
2.3.Rentabilidade.....	3
2.4.Custos com Gestão de Recursos.....	6
2.5.Controle de Riscos de Investimentos.....	7
2.6.Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal.....	8
2.7.Manifestação do Conselho Fiscal.....	9
3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	9
3.1.Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI).....	10
3.2.Cobertura Patrimonial dos Planos.....	12
3.3.Manifestação do Conselho Fiscal.....	13
4.Acompanhamento da Execução Orçamentária.....	14
4.1.Gestão Previdencial.....	14
4.1.1.Da execução orçamentária das Adições.....	14
4.1.2.Da execução orçamentária das Deduções.....	16
4.2.Gestão Administrativa.....	17
4.2.1.Da execução orçamentária das receitas administrativas.....	17
4.2.2.Da execução orçamentária das despesas administrativas.....	18
4.2.3.Acompanhamento dos indicadores de Gestão.....	20
4.3.Investimentos.....	23
4.3.1.Da execução orçamentária dos investimentos.....	23
4.4.Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal.....	23
4.5.Manifestação do Conselho Fiscal.....	24
5.Investimentos em Ativo Permanente.....	25
5.1 Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal.....	25
6.Controles Internos.....	27
6.1.Recomendações e Manifestação do relatório anterior (2º semestre de 2015).....	27
6.2.Manifestação do Conselho Fiscal.....	29
7. Processos de Certificação.....	30
7.1.Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP- PREVCOM.....	30
Anexos.....	34

1. Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, representados por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 1º semestre de 2016.

Neste relatório, as informações referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)

As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.

2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos

2.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 2016

O Conselho Deliberativo da SP-PREVCOM aprovou em sua 44ª reunião Ordinária, realizada em 19/11/2015, as Políticas de Investimentos segregadas por planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS, as quais poderão ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal, bem como, foi aprovada por unanimidade a redução percentual da taxa de carregamento de 5% para 4% e, a instituição da taxa de administração de 1%, com vigência a partir de janeiro de 2016 e, cujos novos percentuais deverão constar dos Planos de Custeio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA referente ao exercício de 2016. O PGA e a Política de Investimento com vigência de janeiro a dezembro de 2016 foram aprovados na 45ª reunião Ordinária, realizada em 17/12/2015.

Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e, estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2.2. Alocação

Conforme previsão no Estatuto, e nas Políticas de Investimentos, a Fundação optou pela manutenção da gestão terceirizada da administração dos recursos financeiros dos planos de benefícios.

A gestão, custódia e a controladoria do Fundo da SP-PREVCOM passaram a ser administradas pelo banco Itaú-Unibanco a partir de dezembro de 2015.

Foi disponibilizado pela Fundação o Regulamento do Fundo de Investimento (Anexo II), o qual rege como os recursos foram inicialmente alocados, bem como as lâminas de controle de risco e composição da carteira (Anexo III).

Abaixo, segue quadro da alocação dos recursos por segmento de aplicação, em conformidade com a Política de Investimentos e, a efetiva posição de fechamento do semestre, com base no Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM. (Anexo V):



SEGMENTO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS		LIMITE RES. 3.792	Sublimites Res. 3.792	LIMITE INFERIOR (*)	PONTO ÓTIMO	LIMITE SUPERIOR (*)	Posição 1º Semestre 2016	RETORNO REAL ESPERADO 1º SEM/16	RETORNO REAL REALIZADO 1º SEM/16
Renda Fixa		100,00%		87,00%	92,00%	100,00%	100,00%		
Títulos Públicos	Títulos do Tesouro Nacional (TTN)	100,00%	100,00%	60,00%	70,00%	100,00%	100,00%	2,20%	3,28%
Títulos Privados	Outros de Ativos Renda Fixa (excluindo títulos públicos)	80,00%	80,00%	0,00%	14,00%	30,00%	0,00%		
	CCB, CCCB e Notas Promissórias		20,00%		0,00%	5,00%	0,00%		
	NCE e CCE		20,00%		0,00%	0,00%	0,00%		
	FIDC e FICFIDC		20,00%		0,00%	10,00%	0,00%		
	CRI		20,00%		0,00%	5,00%	0,00%		
	CCI		20,00%		0,00%	0,00%	0,00%		
	CPR, CDCA, CRA e Warrant Agropecuário (WA)		20,00%		0,00%	0,00%	0,00%		
	Demais títulos e valores mob.s de emissão de dia aberta		20,00%		8,00%	10,00%	0,00%		
Renda Variável		70,00%		0,00%	6,00%	10,00%	0,00%		
	Novo Mercado	70,00%	70,00%	0,00%	3,00%	10,00%	0,00%	n/d	n/d
	Nível 2		60,00%						
	Bovespa Mais		50,00%						
	Nível 1		45,00%						
	Demais companhias de capital aberto		35,00%						
	FI de Índice Ref. em Ações admitidas à negociação em bolsa		35,00%						
	Títulos de emissão de SPE		20,00%						
	Demais investimentos de renda variável		3,00%						
3. Investimentos Estruturados		20,00%		0,00%	2,00%	3,00%	0,00%		
	Fundos de Participações	20,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d
	Fundos de Empresas Emergentes		20,00%		0,00%	0,00%			
	Fundos de Investimento Imobiliário		10,00%		0,00%	0,00%			
	FI ou FIC multimercado		10,00%		2,00%	3,00%	0,00%		
4. Investimentos no Exterior		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
	Ativos emitidos no exterior via FI constituídos no Brasil	10,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d
	FI e FIC Dívida Externa		10,00%		0,00%	0,00%			
	FI de índice estrangeiros negociados em bolsa no Brasil		10,00%		0,00%	0,00%			
	Brazilian Depositary Receipts (BDR)		10,00%		0,00%	0,00%			
	Ações de Clas sediadas no Mercosul		10,00%		0,00%	0,00%			
5. Imóveis		8,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
	Empreendimentos imobiliários	8,00%	8,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d
	Imóveis para aluguel e renda		8,00%		0,00%	0,00%			
	Outros imóveis		8,00%		0,00%	0,00%			
6. Operações com Participantes		15,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
	Empréstimos	15,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d
	Financiamentos Imobiliários		15,00%						
Índice de Referência								IPCA+5%aa	

(*) Limites aprovados pela SP-PREVCOM

2.3. Rentabilidade

Conforme as Políticas de Investimentos dos Planos, a Fundação decidiu pela alocação de seus investimentos com retorno global de longo prazo e o índice de referência estabelecido é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 5,00% (cinco por cento) ao ano.

A rentabilidade apurada até a presente data denota amostragem temporal suficiente para avaliação de desempenho. A rentabilidade acumulada no semestre foi superior à rentabilidade meta de 2,20%, e o retorno real nesse período foi de 3,28%, mesmo com a alta da inflação que fechou em 4,42%.

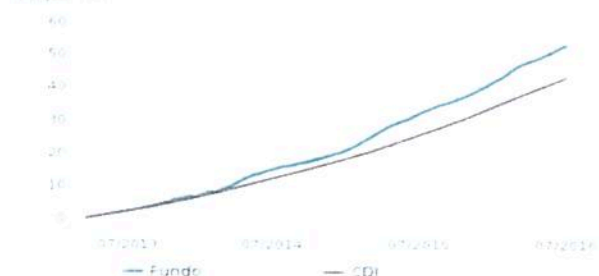
Período da Análise: 11/03/2013 a 30/06/2016. Retornos em %.

Ativo	Mês	Ano	12 m	24 m	No período	Mai 2016	Abr 2016	Mar 2016	Fev 2016	Jan 2016	Dez 2015	Nov 2015	Out 2015	Set 2015	Ago 2015	Jul 2015	Jun 2015
Fundo	1,14	7,84	15,78	33,13	52,62	1,24	0,93	1,21	1,62	1,46	1,65	1,31	1,18	0,87	0,91	1,23	1,34
CDI	1,16	6,72	14,09	27,56	42,88	1,11	1,05	1,16	1,00	1,05	1,16	1,06	1,11	1,11	1,11	1,18	1,07
Percent CDI	98,18	116,66	112,01	120,21	122,71	111,70	87,94	104,07	162,25	138,42	142,09	123,86	106,32	78,38	82,49	104,86	125,74
IBGE IPCA	nd	nd	nd	nd	nd	0,78	0,61	0,43	0,90	1,27	0,96	1,01	0,82	0,54	0,22	0,62	0,79
IBGE IPCA +5%aa	nd	nd	nd	nd	nd	1,19	1,00	0,86	1,27	1,66	1,39	1,40	1,23	0,95	0,63	1,07	1,20
ARBITRAGEM	1,93	16,15	16,73	32,26	30,47	-0,10	3,93	5,31	2,26	1,91	1,52	1,03	2,58	-0,68	-3,11	-0,73	-0,27
POUPANÇA	0,71	4,00	8,39	16,41	26,09	0,65	0,63	0,72	0,60	0,63	0,73	0,63	0,68	0,69	0,69	0,73	0,68

Retorno real - Fundo

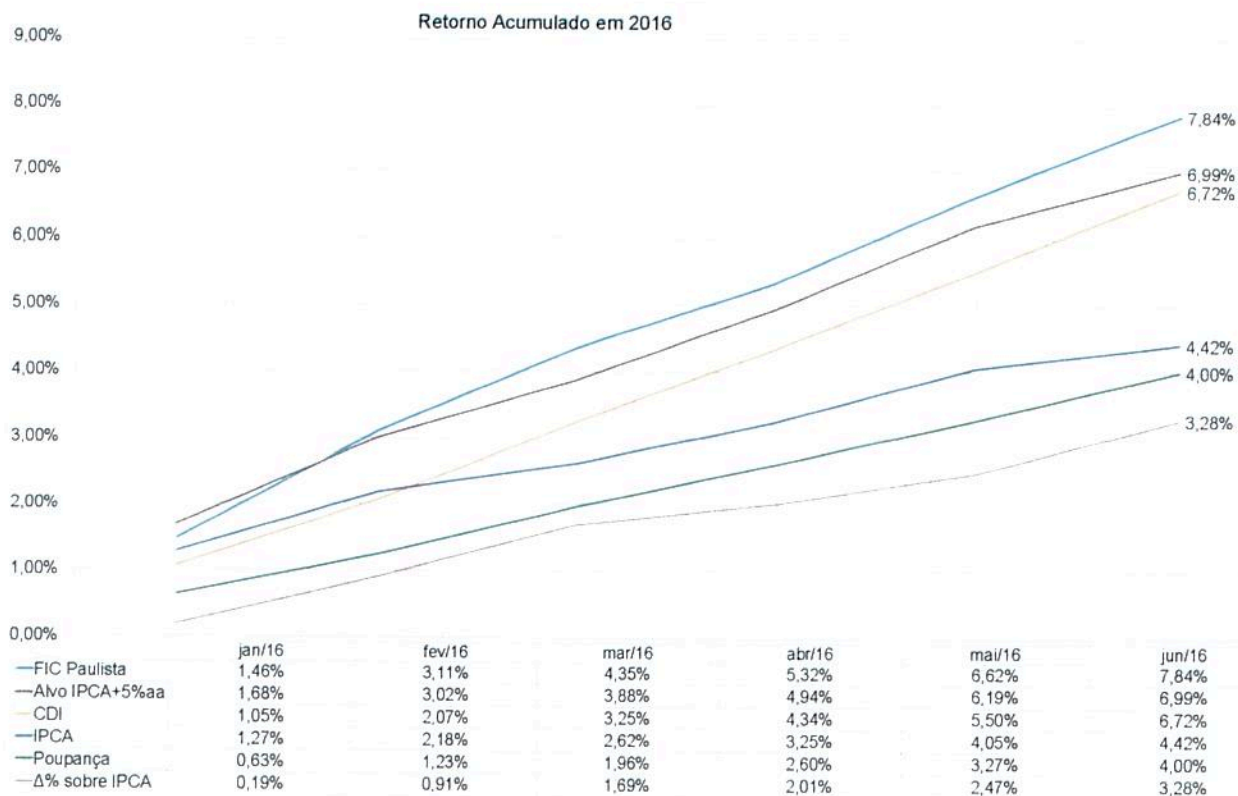


Retorno real - CDI



Período	Rentabilidade Global Acumulada no Ano		
	Rentabilidade	Índice de Referência ¹	% do Índice de Referência
2º semestre de 2014	12,70%	11,73%	108,27%
1º semestre de 2015	9,01%	8,79%	102,50%
2º semestre de 2015	17,02%	16,21%	105,02%
1º semestre de 2016	7,84%	6,99%	112,08%

1- Índice de Referência = IPCA + 5% a.a.



Segmento de Renda Fixa

Quando observado o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação manteve a sua estratégia de alocação em ativos atrelados ao IPCA, quase totalmente em NTN-B. A aquisição destes papéis tem por objetivo colocar na carteira os vencimentos que oferecem as melhores taxas acima do IPCA.

Tendo em vista as incertezas que permeiam o cenário econômico e político atual do país, a Fundação mantém estudos de fluxo de ativos e passivos para realizar ajustes à eventuais descasamentos.




Período	Rentabilidade Renda Fixa Acumulada		
	Rentabilidade	Índice de Referência ¹	p.p. em relação ao benchmarking
2º semestre de 2014 ¹	11,70%	14,10%	-2,40%
1º semestre de 2015 ²	9,01%	5,92%	3,09%
2º semestre de 2015 ²	17,02%	13,24%	3,78%
1º semestre de 2016 ²	7,84%	6,72%	1,12%

1-Índice de Referência = IMA-B

2-Índice de Referência = CDI

Segmento de Renda Variável

Embora previsto nas suas Políticas de Investimentos, a Fundação preferiu adotar uma estratégia com perfil conservador e, conseqüentemente não fez aplicações no segmento de renda variável.

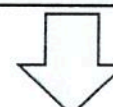
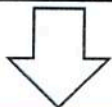
2.4. Custos com Gestão de Recursos

A atual estrutura de custos da administração dos recursos financeiros está relacionada à remuneração anual de 0,04% (quatro décimos) ao ano aplicado sobre o patrimônio Líquido do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Paulista FIQ"), administrado pelo Itaú-Unibanco S.A. e, rateada entre os diversos prestadores de serviços ao FUNDO adicionados de taxas de administração de 0,12 (doze décimos) sobre o patrimônio líquido dos fundos de investimento cujas cotas são adquiridas. São ainda deduzidas do Patrimônio do Fundo, as despesas relacionadas à taxa de fiscalização CVM, publicações em geral, sistemas de custódia (SELIC/CETIP), custos relacionados à auditoria, dentre outras. Além disso, há despesas relacionadas aos investimentos nos Fundos: Bela Cintra e Haddock.



Estrutura de Investimentos

PAULISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	
valor em R\$	499.849.866,05
qtde de quotas	327.519.985,409352
Valor da quota	1,5261660
nº quotistas	1
resgate	"d" + 1
tx adm	0,04% a.a.



BELA CINTRA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA		HADDOCK FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA		Itaú Verso A REF DI LP	
valor em R\$	248.147.036,48	valor em R\$	248.399.457,16	valor em R\$	3.323.484,26
qtde de quotas	170.930.181,59248	qtde de quotas	204.817.557,91279	qtde de quotas	186.730,63229
Valor da quota	1,451745	Valor da quota	1,212784	Valor da quota	17,798281
resgate	"d" + 1	resgate	"d" + 1	resgate	"d" + 0
tx adm	0,12% a.a.	tx adm	0,12% a.a.	tx adm	não há
tx performance	não há	tx performance	não há	tx performance	não há

Custos de Gestão

Contas	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	Acumulado
Taxa de Fiscalização CVM	2.262	2.149	2.488	2.190	2.300	2.409	13.799
Taxa Anbima		406	470	427	448	427	1.323
Taxa Cetip	1.767	3.233	3.865	2.816	2.816	2.816	17.314
Auditoria Externa	343	326	378	343	361	378	2.129
Cartório	154	126					279
Livros e Atos Societários			21	19	20	45	106
Correspondências e Relatórios					3	4	7
Taxas de Administração Efetiva	19.105	12.727	15.279	14.409	15.811	17.205	94.536
Total	23.631	18.967	22.502	20.206	21.760	22.429	129.494

2.5. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu para a Política de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de

renda fixa, a Fundação em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo “Bela Cintra Fundo de Investimento” e “Haddock Fundo de Investimento Renda Fixa”, que representam 99,34% do patrimônio dos recursos previdenciários, na categoria de títulos mantidos a vencimento. O controle de risco no segmento de renda fixa é feito através do cálculo do VAR (Value at Risk) paramétrico que representa a perda máxima esperada de um dia para uma carteira ou um ativo, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) com histórico de 21 dias. O limite de perda esperada máxima para um dia é de 3,5%.

Na segmentação de renda variável, não houve aplicação no primeiro semestre de 2016. Em relação à exposição de risco de crédito, apesar de prevista na Política de Investimentos, não foi utilizada, dado que a carteira atual está concentrada em títulos públicos. Entretanto, conforme informações disponibilizadas pelo administrador/gestor, todos os ativos tem atribuição de *ratings* em escala nacional por agências internacionais de classificação de risco.

No que tange a liquidez, a diversificação da atual estrutura de investimentos estabelece a conversão das quotas em diferentes prazos, de forma a atender as obrigações da Fundação e o perfil do exigível atuarial dos seus planos de benefícios.

2.6. Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

Comentários:

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados identificou que 100% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Paulista FIQ, classificado como um fundo “Multimercado”. Conforme quadro exposto, no item 2.2, constatamos que a composição final dos ativos, para fins de enquadramento nos segmentos de aplicação, apresenta 100,00% em renda fixa, sendo 99,34% em títulos públicos e o restante em operações compromissadas com lastro em títulos públicos. Desta forma, os recursos estão aplicados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme previsto, as Recomendações do Relatório de Controle Interno do 2º Semestre de 2014, referente a investimentos, foram atendidas:

- os Comitês Gestores dos planos RP, RG e RG – UNIS, foram criados e os seus representantes, indicados pelos respectivos patrocinadores, empossados no dia 26 de junho de 2015, de acordo com o § 1º do art. 25 e arts. 52 a 54 do Estatuto Social da Fundação.
- A partir de março de 2015, a Fundação apresentou as Políticas de Investimentos segregadas por planos, conforme estabelece o art. 16º da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009 – Como as primeiras contribuições ao plano iniciaram em março de 2013, as publicações seguem o art. 54º da mesma resolução.
- Embora a Fundação tenha envidado esforços em cumprimento aos ditames legais, esse Conselho verificou que a mesma não se adequou à recomendação oficiada nos Relatórios de

Controle Interno de 2015, referente à segregação das funções de gestão dos fundos, ou seja, a SP PREVCOM ainda mantém a gestão dos recursos vinculados à mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria do Fundo, apesar de o art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.792/2009 estabelecer que: “Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos a segregação das funções de gestão, administração e custódia”. Diante disso, esse Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à adequação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo.

Recomendações do Conselho Fiscal:

Atualmente, a SP-PREVCOM mantém a gestão dos recursos vinculados à mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria do Fundo, porém, o art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.792/2009 estabelece que: “Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos a segregação das funções de gestão, administração e custódia”. Diante disso, esse Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à adequação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo.

2.7. Manifestação do Conselho Fiscal

1. Esse CF recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à adequação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo;
2. Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, esse Conselho observou que a Fundação SP PREVCOM no 1º Semestre de 2016 teve as Políticas de Investimentos dos planos RG, RP e RG - UNIS aderentes à Resolução do CMN 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, salvo o apontamento mencionado na recomendação. A Fundação deve envidar esforços no sentido de adequar a estrutura de gestão, administração e custódia em conformidade com a Resolução CMN 3.792/2009.

3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

De acordo com o Inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal verificou a documentação disponibilizada pela Fundação para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, utilizadas no segundo semestre de 2016 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:



3.1. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI)

A aprovação dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG ocorreu em 21 de janeiro de 2013, através das Portarias nº 18 e nº 19, publicadas no D.O.U. O Plano de Benefício PREVCOM RG-UNIS ocorreu em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria nº 670, publicada no D.O.U.

Com base na Nota Técnica atuarial preparada pelo atuário dos planos, uma vez que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Para este, a tábua biométrica utilizada é AT2000, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Foi contratada uma seguradora para cobertura dos benefícios de risco, cuja autorização se deu através da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 31 de agosto de 2012, na qual o Diretor Presidente da Fundação comunicou aos conselheiros o envio da carta-convite para contratação da referida seguradora, com base na Resolução CGPC nº 10 de 30 de março de 2004. O termo de referência foi encaminhado em 20 de setembro de 2012, e após análise, foi escolhida a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 209, de 06 de novembro de 2012.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos - Anexo VIII e Relatório Gerencial – Anexo IX), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:



	CONSOLIDADO			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	196.890.318	289.431.485	402.944.718	508.115.076
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	696.972	2.141.739	2.065.489	4.385.527
	valores em R\$			
	PLANO RP			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	18.560.991	30.118.317	44.868.439	59.797.101
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	523.080	729.048	138.027	406.742
	valores em R\$			
	PLANO RG			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	93.593.272	123.625.960	163.148.979	200.232.023
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	171.877	603.848	955.545	1.809.226
	valores em R\$			





PLANO RG-UNIS				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	84.736.055	135.687.208	194.927.300	248.085.951
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	2.015	808.843	971.917	2.169.559

valores em R\$

3.2. Cobertura Patrimonial dos Planos

Devido à natureza dos planos de benefícios (CD), que transformam as cotas individuais em nome de cada Participante em Fundos, verificamos que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

Cobertura Patrimonial dos Planos - Consolidado sem PGA					
1º Semestre 2015		2º Semestre 2015		1º Semestre 2016	
Ativo Total	294.159.970	Ativo Total	406.850.771	Ativo Total	515.529.139
(-) Exigível Operacional	2.586.747	(-) Exigível Operacional	1.840.564	(-) Exigível Operacional	3.028.536
(-) Fundo Adm. e Previd.	2.141.739	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.065.489	(-) Fundo Adm. e Previd.	4.385.527
Ativo Líquido	289.431.485	Ativo Líquido	402.944.718	Ativo Líquido	508.115.076
(-) Provisões Matemáticas	289.431.485	(-) Provisões Matemáticas	402.944.718	(-) Provisões Matemáticas	508.115.076
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	

PREVCOM RP 1º Semestre 2015		PREVCOM RP 2º Semestre 2015		PREVCOM RP 1º Semestre 2016	
Ativo Total	31.231.126	Ativo Total	45.282.382	Ativo Total	60.642.017
(-) Exigível Operacional	383.760	(-) Exigível Operacional	275.917	(-) Exigível Operacional	438.174
(-) Fundo Adm. e Previd.	729.048	(-) Fundo Adm. e Previd.	138.027	(-) Fundo Adm. e Previd.	406.742
Ativo Líquido	30.118.317	Ativo Líquido	44.868.439	Ativo Líquido	59.797.101
(-) Provisões Matemáticas	30.118.317	(-) Provisões Matemáticas	44.868.439	(-) Provisões Matemáticas	59.797.101
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	

PREVCOM RG 1º Semestre 2015		PREVCOM RG 2º Semestre 2015		PREVCOM RG 1º Semestre 2016	
Ativo Total	125.252.195	Ativo Total	165.056.839	Ativo Total	203.686.865
(-) Exigível Operacional	1.022.388	(-) Exigível Operacional	952.314	(-) Exigível Operacional	1.645.615
(-) Fundo Adm. e Previd.	603.848	(-) Fundo Adm. e Previd.	955.545	(-) Fundo Adm. e Previd.	1.809.226
Ativo Líquido	123.625.960	Ativo Líquido	163.148.979	Ativo Líquido	200.232.023
(-) Provisões Matemáticas	123.625.960	(-) Provisões Matemáticas	163.148.979	(-) Provisões Matemáticas	200.232.023
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	




PREVCOM RG-UNIS 1º Semestre 2015		PREVCOM RG-UNIS 2º Semestre 2015		PREVCOM RG-UNIS 1º Semestre 2016	
Ativo Total	137.676.649	Ativo Total	196.511.550	Ativo Total	251.200.257
(-) Exigível Operacional	1.180.598	(-) Exigível Operacional	612.333	(-) Exigível Operacional	944.747
(-) Fundo Adm. e Previd.	808.843	(-) Fundo Adm. e Previd.	971.917	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.169.559
Ativo Líquido	135.687.208	Ativo Líquido	194.927.300	Ativo Líquido	248.085.951
(-) Provisões Matemáticas	135.687.208	(-) Provisões Matemáticas	194.927.300	(-) Provisões Matemáticas	248.085.951
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
	valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$

3.3. Manifestação do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adota a capitalização por cotas, não haverá manifestação acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que não são empregados na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte a definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica AT-2000, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.

Vale ressaltar que o saldo do Paulista Fundo De Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado em 30/06/2016 no valor de R\$ 499.849.866,05 não corresponderá com o valor R\$ 508.115.075,80 da Reserva Matemática dos participantes, devido a esta conter os valores de competência do mês de Junho que só serão recebidos no dia 05 do próximo mês, mas que já são direito do participante.





4. Acompanhamento da Execução Orçamentária

Conforme a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, parágrafo 1º do artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser elaborado pela Diretoria da Fundação, apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade manifestar-se com relação à execução orçamentária, conforme descrito na própria Resolução CGPC nº 13, em seu artigo 19, inciso I.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais mensais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise o relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que contempla as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

No tocante às receitas foram analisados os ingressos de recursos contemplando inclusive os aportes extraordinários pelo Patrocinador, que somaram R\$ 4.550.000,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) no semestre, correspondendo, em regime de caixa, a um aporte de R\$ 1.125.602,00 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e dois reais) em fevereiro; um aporte de R\$ 586.898,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais) em março; um aporte de R\$ 1.712.500,00 (um milhão, setecentos e doze mil e quinhentos reais) em abril e, ainda, dois aportes de R\$ 562.500,00 (quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) cada, em maio e junho, cujos recursos foram destinados ao custeio da Fundação. Tais aportes extraordinários subsistirão enquanto a taxa administrativa fixada nos regulamentos ou respectivos Planos de Contribuição dos Benefícios Previdenciários for insuficiente ao seu suprimento, conforme dispõe o inciso II, do art. 36, da lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu a SP PREVCOM. O Anexo VII corresponde ao Fluxo de Caixa, que apresenta os aportes extraordinários do Governo, entre outras informações.

4.1. Gestão Previdencial

4.1.1. Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, ativos facultativos e autopatrocinados¹ por meio de percentuais aplicados

¹ Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de serem Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.



sobre o salário de participação mensal. São acrescidas às Adições a portabilidade² de entrada e a contribuição facultativa.

Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no primeiro semestre, 106% dos valores orçados.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 1º Semestre 2016		
		Orçado	Realizado	%
3.1.1.1.01.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	37.043.857	36.269.100	97,9%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	37.043.857	41.836.866	112,9%
3.1.1.4.	Autopatrocinados	-	437.777	-

Total de Contribuições	74.087.714	78.543.743	106,0%
------------------------	------------	------------	--------

valores em R\$

Não foram elaboradas projeções para os autopatrocinados. No entanto, no primeiro semestre tais contribuições somaram R\$ 438 mil.

Orçamento - 1º Semestre 2016				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.1.1.3.01.01.0059	Contribuição Facultativa	-	766.520	-
3.1.5.	Portabilidade (Entrada)	-	319.472	-

Total	-	1.085.992	-
-------	---	-----------	---

valores em R\$

Não foram previstas projeções para as contribuições facultativas e portabilidades. No entanto, no primeiro semestre, os valores realizados nestes itens foram de respectivamente R\$ 766 mil e R\$ 319 mil.



² Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.




O montante realizado no primeiro semestre se apresentou superior às premissas utilizadas para estimar os aportes de contribuições no período.

A seguir, um panorama das perspectivas de adesões para a SP-PREVCOM:

A SP-PREVCOM encerrou 2015 com 18.269 participantes, o que significou um aumento de 13% em relação ao ano anterior. Entretanto, o forte cenário de instabilidade econômica e política, assim como a permanência das diretrizes do Governo do Estado de São Paulo para redução de gastos e adiamento de novas contratações e concursos (Decretos nº 61.131/2015, 61.132/2015 e 61.466/2015) contribuíram para uma baixa perspectiva de adesões aos planos no primeiro semestre de 2016.

Outro fator que deve ser levado em consideração e ainda exerce grande impacto na projeção das adesões é a crise financeira na Universidade de São Paulo, tendo em vista que um número potencial de participantes encontra-se alocado na referida universidade.

Adesões - primeiro semestre de 2016:

Apesar do cenário desfavorável apresentado, a SP-PREVCOM superou a meta de 600 adesões prevista para o primeiro semestre de 2016, tendo atingido 18.932 participantes.

A área de Atendimento ao Patrocinador realizou importantes reuniões técnicas junto a RHs de unidades do interior da USP, UNESP, Unicamp, Hospital das Clínicas, Fundação CASA e DER com o objetivo de liberar plantões de atendimento para adesões, esclarecer dúvidas e promover o relacionamento entre a SP-PREVCOM e os órgãos patrocinadores.

Além das reuniões técnicas, vale destacar as palestras ministradas para apresentar as regras e benefícios da previdência complementar a servidores aptos a aderir aos planos da fundação e a campanha de adesão promovida no Centro Paula Souza, que vem contribuindo para o aumento do número de inscrições dos servidores do órgão junto à SP-PREVCOM.

4.1.2. Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias) e institutos (resgates de contribuições e portabilidades) no período.

Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no primeiro semestre foi de R\$ 1,4 milhão, não sendo contemplados na projeção orçamentária os tipos de eventos de Resgate e Portabilidade (saída).



Orçamento		1º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	1.262.632	-
3.2.3.2	Portabilidade (saída)	-	182.217	-

Total de Deduções	-	1.444.849	-
-------------------	---	-----------	---

valores em R\$

Não há previsão de valores para os institutos legais previstos na legislação e para o recebimento de concessão de benefícios, tendo em vista que inexistem parâmetros dos participantes para projeção orçamentária.

Em relação a Fundos de Risco (repasse mensal para a seguradora e/ou devolução de risco cancelado ou duplicado) foi justificada a ausência de orçamento em razão da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora contratada pela Fundação.

Orçamento - 1º Semestre 2016				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.1.9.0304	Fundos de Risco	-	69.399	-
3.2.9.1.0304	Fundos de Risco	-	(56.994)	-

Líquido de Fundo de Risco	-	12.405	-
---------------------------	---	--------	---

valores em R\$

4.2. Gestão Administrativa

4.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores "Correntes" da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 29/2009, compete ao Conselho Deliberativo – CD aprovar as fontes de custeio administrativo, observados os regulamentos dos planos de benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, as quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. A Diretoria Executiva - DE, ao elaborar o Plano de Gestão Administrativa – PGA, deverá definir indicadores de gestão que deverão ser

ratificados pelo Conselho Deliberativo - CD, que também fixará critérios qualitativos e quantitativos às despesas administrativas e metas para os indicadores de gestão.

Estes valores são transferidos mensalmente por meio de lançamentos contábeis para a Gestão Administrativa de acordo com as normas de contabilização das EFPC's.

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV), constatamos que os valores executados no primeiro semestre correspondem a 111,8% das projeções para o primeiro semestre.

Orçamento		1º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01.01.0055	Patrocinador	1.543.493	1.450.622	94,0%
4.1.1.1.01.01.0284	Recursos Adicionais	3.375.000	4.550.000	134,8%
4.1.1.1.03	Participantes	4.658.718	4.710.163	101,1%
Total de Correntes		9.577.211	10.710.785	111,8%

valores em R\$

Em decorrência da conjuntura econômica recessiva do país, o Poder Executivo publicou decretos nºs 61.131 e 61.132 em 2015 que estabeleceram cortes orçamentários, suspensão de novas contratações e de concursos públicos, os quais impactaram significativamente sobre o desempenho das adições do exercício. Em função desses fatores desfavoráveis, a Fundação alterou o percentual da taxa de carregamento de 5% para 4% e instituiu taxa de administração de 1% sobre o patrimônio do fundo, com vigência a partir de janeiro de 2016.

O excedente das contribuições do patrocinador quando comparado às contribuições dos participantes, deve-se principalmente aos aportes extraordinários vertidos à cobertura das despesas de custeio pelo Patrocinador da Fundação, previsto no art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que atualmente são maiores que a taxa de administração que os participantes pagam sobre o patrimônio já existente no fundo.

4.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

Foram objeto de análise deste item, os Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos (Anexo VIII), a Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX)

relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior aos valores orçados, conforme quadro a seguir:

Orçamento		1º Semestre 2016		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	5.395.178	5.030.584	93,2%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	32.730	2.670	8,2%
4.2.1.1.03	Viagens e Estadias	66.996	3.349	5,0%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	1.994.695	1.431.136	71,7%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais - Comuns	2.541.602	2.288.145	90,0%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	102.000	89.744	88,0%
4.2.1.1.07	Tributos	164.892	211.698	128,4%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	42.200	3.223	7,6%
4.2.1.2.05	Despesas Gerais - Específicas	13.186	12.494	94,8%
4.2.1.2.07	Tributos (PIS/COFINS sobre Contr. dos patrocinadores/participantes)	302.822	286.984	94,8%
4.2.2.1.04	Serviços de Terceiros (Administração dos Investimentos - CETIP)	39.996	8.754	21,9%
4.2.2.1.07	TRIBUTOS (PIS/COFINS sobre Rendimento dos Investimentos Administrativos)	2.083	2.594	124,5%
Total de Despesas		10.698.379	9.371.375	87,6%

A queda na projeção de adesões e a conseqüente necessidade de adoção de medidas voltadas ao corte de despesas, em adição aos efeitos dos Decretos elencados no item 4.1.1, resultou na execução orçamentária abaixo das despesas estimadas (87,5%), conforme quadro apresentado.

Ressalte-se que, de acordo com o descrito no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, as despesas administrativas são geridas de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio proporcional às respectivas receitas (taxas) de carregamento. O mesmo procedimento é aplicado aos aportes extraordinários, que foram registrados em atendimento ao previsto no item II do art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.





4.2.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

Em atendimento à Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar passaram a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

Desta forma, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente estabelece no artigo 21 os seguintes indicadores de gestão:

I - **Despesas com os investimentos por recursos garantidores** - razão entre as despesas de investimentos realizadas no exercício e o total dos recursos garantidores no último dia do período.

Semestre/Ano	Despesas Investimentos (R\$)	Recursos Garantidores (R\$)	%
1º Semestre/2013	1.775	7.681.413	0,02%
2º Semestre/2013	5.693	37.592.560	0,02%
Consolidado 2013	7.467	37.592.560	0,02%
1º Semestre/2014	20.762	106.408.672	0,02%
2º Semestre/2014	64.789	197.587.291	0,03%
Consolidado 2014	85.551	197.587.291	0,04%
1º Semestre/2015	89.212	291.573.223	0,03%
2º Semestre/2015	118.447	405.010.207	0,03%
Consolidado 2015	207.659	405.010.207	0,05%
1º Semestre/2016	129.494	508.115.076	0,03%





O Conselho Fiscal recomenda a utilização do saldo médio dos recursos garantidores no período analisado como parâmetro para o referido indicador, o que será atendido no próximo exercício - 2017, com a alteração do Artigo 19 do Regulamento do PGA.

Apesar disso, o indicador apresenta dados condizentes com os resultados anteriores mantendo uma média razoável, com indicativo de uma leve variação dos custos.

II - **Despesas por participante** - razão entre o somatório das Despesas Administrativas previdenciais e de investimentos e o número de participantes do plano de benefícios.

Período	Despesa total (R\$)	Nº médio de participantes	Despesa total por participante (R\$)
1º Sem 2013	8.749.284	1.306	6.702
2º Sem 2013	7.964.453	4.921	1.618
1º Sem 2014	8.973.721	12.626	711
2º Sem 2014	9.687.234	15.229	636
1º Sem 2015	9.633.906	16.427	586
2º Sem 2015	8.286.595	17.759	467
1º Sem 2016	9.371.375	18.502	507

O indicador demonstra variação das despesas incorridas per capita, dado que o número de participantes tem variado e há um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, tais como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, que são constantes até determinado patamar de incremento de novos participantes ("ganho de escala"). Nota-se uma tendência do aumento do número de participantes, mas excepcionalmente, um aumento razoável nas despesas administrativas no primeiro semestre de 2016, que interrompeu a sequência de quedas da despesa por participante.

Dentre tais despesas destacam-se: reajuste salarial de dez por cento sobre a folha de funcionários da Fundação, multa sobre o recolhimento da contribuição sindical dos exercícios de 2012 até 2015, multa sobre o recolhimento do PIS e da COFINS sobre a não utilização de créditos por meio da PERDCOMP, reconhecimento de parte da despesa do serviço eleitoral (prestação de serviço contratada para o processo eleitoral do colegiado) e aumento da base de cálculo do PIS e da COFINS, devido aos aportes adicionais repassados no período.

III - **Despesas administrativas da SP-PREVCOM** - razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício.





Período	Orçado	Realizado	% Execução
Consolidado 2013	21.910.305	16.713.737	76,3%
Consolidado 2014	22.229.133	18.522.199	83,3%
Consolidado 2015	22.004.190	17.920.501	81,4%
jan/16	1.767.126	1.547.588	87,6%
fev/16	1.780.396	1.541.163	86,6%
mar/16	1.777.709	1.638.885	92,2%
abr/16	1.785.750	1.597.832	89,5%
mai/16	1.782.612	1.507.541	84,6%
jun/16	1.804.786	1.538.367	85,2%
1º Sem 2016	10.698.379	9.371.375	87,6%

Com base nas informações da tabela acima, constatamos que os valores executados no primeiro semestre de 2016 foram inferiores às projeções orçadas, em razão dos motivos expostos no item 4.2.2. Nota-se também que, com exceção do mês de março de 2016, em que houve aumento nas despesas em virtude do recolhimento da Contribuição Sindical dos funcionários da SPPREVCOM, com efeitos retroativos desde o exercício de 2012, o indicador apresentou uma tendência de estabilidade nos percentuais do primeiro semestre de 2016.





4.3. Investimentos

4.3.1. Da execução orçamentária dos investimentos

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras da Entidade, as quais são transferidas a:

- Gestão Previdencial - para a constituição das Provisões Atuariais; e
- Gestão Administrativa - para constituição do Fundo Administrativo.

Como não foi incluído no orçamento da Fundação a projeção de receitas e despesas advindas dos investimentos dos recursos previdenciais e administrativos, este item não é aplicável.

4.4. Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

Comentários do Conselho Fiscal

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do orçamento anual da Fundação, o Conselho Fiscal julga bastante razoáveis os atuais níveis de aderência da sua execução. Pressupõe-se que os cenários que subsidiaram as projeções de execução orçamentária estejam sendo perseguidos pela Administração no sentido de tomar a Fundação autossustentável no prazo estimado (fevereiro/2018), amparada neste interím pelos aportes extraordinários orçados e executados pelo Patrocinador.

Cabe observar que o conjunto de receitas auferidas no período, combinado com as despesas realizadas, culmina na necessidade de manutenção dos aportes extraordinários pelo Patrocinador, apesar das iniciativas da Administração no sentido de reduzir os seus custos. Tal condição confirma-se quando analisados os níveis de execução de despesas orçamentárias que superam os níveis de execução das receitas. Frente a isso, a Fundação tomou ações para a redução ainda maior de despesas que deverão ter efeitos no próximo semestre, tais como a renegociação de contratos firmados com terceiros, cancelamento de contratos e adiamento da implementação de alguns projetos.

Entretanto, mesmo reduzidos, os custos fixos relacionados à manutenção da Fundação, como aluguéis, salários, softwares, auditoria, assessoria jurídica e atuária consomem percentual elevado de suas receitas, conforme observado no Relatório Gerencial (Anexo IX), fazendo com que o equilíbrio econômico e financeiro da fundação dependa de ações que fomentem a adesão de novos participantes consequentemente de novas receitas para Fundação.



Recomendações do Conselho Fiscal

Este colegiado sob os preceitos que regem suas atribuições recomenda:

1. Continuidade de medidas que se traduzam em incremento de receitas, no sentido de garantir equilíbrio econômico e independência financeira para a Fundação, com níveis competitivos de custeio administrativos.
2. Para que o Conselho Fiscal possa incorporar em suas manifestações a avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de gestão de despesas administrativas, conforme estabelece o art. 12 da Resolução CGPC de nº 29/2009, reiteramos a recomendação dos Relatórios do 1º e 2º semestres de 2015, para que o Conselho Deliberativo apresente tais metas, bem como seus limites e critérios quantitativos e qualitativos, de acordo com o previsto no artigo 4º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e conforme já determinado nos Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014.

4.5. Manifestação do Conselho Fiscal

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que a Fundação envide esforços em atendimento às recomendações, embora o grau de detalhamento do orçamento apresenta-se adequado à atual fase operacional, ao porte e à complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte deste Conselho, da execução orçamentária, e que os principais itens não cumpridos na execução orçamentária derivaram em grande parte de fatores exógenos à Administração da Fundação.



5. Investimentos em Ativo Permanente

No primeiro semestre o Conselho continuou a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação, que estão disponibilizados a seguir:

Orçado x Realizado

O orçamento de 2016 prevê um investimento em ativo imobilizado na ordem de R\$ 188 mil. Para o primeiro semestre previu R\$ 160 mil. Desse valor, apenas 7,3% (R\$ 12 mil) foi realizado. As principais aquisições do semestre foram referentes a investimentos em informática, em software.



Fundação de Previdência Complementar Estado SP - SP-PREVCOM
 C.N.P.J.: 19.401.381/0001-98
 Orçamento PGA Consolidado
 Mês de referência: 1º SEMESTRE/2016

Investimento em ativo permanente
 Aquisições em 2016

		Exercício de 2016		
Meses	Descrição	Período de referência	Total no 1º Semestre	Total no Exercício
Ativos Orçados (geral)	Orçado - valores em R\$	R\$	4 666,00	R\$ 160 446,00
Ativos Adquiridos (Realizados)	Realizado - valores em R\$		R\$ 11 636,50	R\$ 11 636,50
Descrição do item adquirido	Descrição dos produtos/bens	Produtos Adquiridos até o mês de referência 1) Projetor de mesa, XGA (1024 x 768 pixels). Compatível com Computadores, notebooks e TVs (R\$ 3 670,00) 2) Impressora, Jato de tinta, Colorido, Wireless, USB 2.0, 30 000 páginas/mês (R\$ 875,00) 3) Notebook 2 em 1 HP PAVILION X360 13S104 (R\$5.831,50) 4) Impressora Mult HP OfficeJet 276DW (R\$ 1 260,00)		
Variação % entre Orçado e Realizado	% de variação entre Orçado e Realizado	0,0%	7,3%	6,2%

5.1 Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

Comentários do Conselho Fiscal

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

Verificamos que a Fundação permanece atenta ao art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, quanto à investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme

Portaria do Diretor Presidente, de 13/05/2016, publicada no Diário Oficial do Estado em 21/05/2016, no qual atualiza a composição e vigência da Comissão Permanente de Licitação da SP-PREVCOM

Recomendação do Conselho Fiscal

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 para aquisições que atendam a atividade-meio da Fundação;



6. Controles Internos

6.1. Recomendações e Manifestação do relatório anterior (2º semestre de 2015)

No Relatório de Controles Internos, referente ao 2º semestre de 2015 foram feitas as seguintes recomendações:

Recomendações

1. Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado;

Comentários da Administração:

Foi dada a continuidade ao processo de implantação do primeiro ciclo de autoavaliação de riscos e ambiente de controles internos na SP-PREVCOM, conforme termo contratual de nº 02/2015, assinado em 29/01/2015 com a empresa Risk Office S.A., com vigência de 24 meses, contados a partir de sua assinatura. O encerramento do 1º ciclo de autoavaliação foi em agosto de 2015 com a consolidação das respostas dos gestores aos questionários de controles no sistema ICTNet. Em outubro, a consultoria entregou o relatório da autoavaliação com as sugestões de melhoria para mitigar as maiores exposições, com base na avaliação de 118 processos, nos quais, foram identificados 505 riscos, que foram mensurados de acordo com os critérios de impacto e frequência. Em continuidade ao contrato com a empresa Risk Office, foram executadas, no 1º semestre de 2016, pela SP-PREVCOM as seguintes atividades:

Em janeiro o Comitê de Gestão de Riscos da Fundação apresentou o relatório da 1ª autoavaliação à Diretoria Executiva e a Risk Office explanou sobre o relatório ao Conselho Deliberativo.

Em fevereiro, a Risk Office realizou uma apresentação para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal sobre os resultados do primeiro ciclo de autoavaliação de riscos e ambiente de controles internos.

No mês de março o Comitê de Controle Interno e Gestão de Riscos fez um levantamento junto aos colaboradores da Fundação para definir o posicionamento da SP-PREVCOM em relação às sugestões de controles mencionadas no relatório de resultados do primeiro ciclo de autoavaliação.

No mês de abril a Risk Office realizou a análise e questionamentos sobre alguns posicionamentos da SP-PREVCOM relativos às sugestões de controles contidas no relatório. Assim sendo, o Comitê iniciou a revisão de todos os posicionamentos apresentados pela consultoria.



No mês de maio o Comitê iniciou o processo para implantação do calendário de obrigações institucionais da ABRAPP no sistema da Risk Office. Foram iniciadas as entrevistas com os colaboradores da Fundação para definir os responsáveis pelas obrigações, supervisão, bem como as datas de início e fim das atividades relacionadas ao cumprimento das mesmas.

No mês de junho o Comitê concluiu a revisão dos posicionamentos e produziu uma nova minuta do relatório de resultados do primeiro ciclo de autoavaliação respondendo a todos questionamentos da consultoria. Também realizou a análise do custo x benefício da implementação dos controles, tendo em vista o plano de negócio e a estratégia da Fundação. Em seguida, identificou quatro planos de ação passíveis de serem implementados e os respectivos prazos de conclusão. Esses planos de ação serão posteriormente submetidos para aprovação da diretoria executiva:

Plano de Ação 1:

Categoria de Risco: Atuarial

Tipo de Risco: Risco de Cadastro

Ação: Elaboração de Norma de Gestão de Cadastro

Prazo de Implementação: dezembro/2016

Plano de Ação 2:

Categoria de Risco: Legal

Tipo de Risco: Risco Tributário

Ação: Adotar práticas de Conformidade Externa

Prazo de Implementação: dezembro/2016

Plano de Ação 3:

Categoria de Risco: Operacional

Tipo de Risco: Concepção de Processos

Ação: Atualizar o Código de Ética

Prazo de Implementação: agosto/2016

Plano de Ação:

Categoria de Risco: Fraude

Tipo de Risco: Fraude

Ação: Adotar práticas de Gestão de Processos

Prazo de Implementação: dezembro/2016

Recomendações do Conselho Fiscal

1. Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado;
2. Implementação dos Planos de Ação nos prazos estabelecido e, acompanhamento e mensuração dos resultados.

3. Para fins de transparência, esse Conselho reitera a importância de se manter atualizada toda a legislação previdenciária, inclusive às revogadas, para fins de acompanhamento da gestão da Fundação, quanto ao seu histórico, evolução e adequação legal.

a. Manifestação do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos, dos quais julgou adaptados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data, ressaltando que as recomendações descritas nesse Relatório sejam apropriadas em 2016.



7. Processos de Certificação

7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, dispõe que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Conforme Art. 8º, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria permanece a seguinte, no primeiro semestre:

Conselho Deliberativo: 6 (seis) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes – todos os membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes estão certificados, conforme demonstrado:

Nome	Titular suplente	Participante Patrocinador	Data da posse	Data Exercício Função	Prazo de mandato	Término do mandato	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
José Roberto de Moraes	Titular	Patrocinador	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	EA 03416	19.11.2014	19.11.2017
Fernando Zanelli	Suplente	Patrocinador	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	EA 03600	09.01.2015	09.01.2018
Antonio Fazzani Bina	Titular	Patrocinador	21.05.2015	21.05.2015	complementar	03.04.2018	EA 03918	30.07.2015	30.07.2018
Jorge Luiz Ávila da Silva	Suplente	Patrocinador	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	EA 04371	25.02.2016	25.02.2019
Rubens Peruzin	Titular	Patrocinador	28.07.2016		4 anos	28.07.2020	EA 03294	16.10.2014	16.10.2017
Jarbas Augusto Pinto	Suplente	Patrocinador	28.07.2016		4 anos	28.07.2020	*		
Elio Lourenço Bolzani	Titular	Participante	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	EA 03377	06.11.2014	06.11.2017
Vago		Participante	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----
Neide Saraceni Hahn	Titular	Participante	04.04.2016	04.04.2016	4 anos	04.04.2020	EA 03313	20.10.2014	20.10.2017
Carmem F. Souza Fernandes Costa	Suplente	Participante	04.04.2016	04.04.2016	4 anos	04.04.2020	EA 03546	22.12.2014	22.12.2017
Paulo Rafael Minetto Maceta	Titular	Participante	04.04.2016	04.04.2016	4 anos	04.04.2020	EA 03039	26.05.2014	26.05.2017
Filipe Camargo Barwich	Suplente	Participante	04.04.2016	04.04.2016	4 anos	04.04.2020	PA 03680	04.02.2015	04.02.2018

*(prazo de entrega de até um ano da data da posse)





Conselho Fiscal: 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes - todos os membros titulares e 3 (três) membros suplentes estão certificados:

Nome	Titular suplente	Participante Patrocinador	Data da posse	Data Exercício Função	Prazo de mandato	Término do mandato	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Rosana Mitico Kitazume Kaneko	Titular	Patrocinador	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	PA 03637	16.01.2015	16.01.2018
Gustavo D'Ambrósio Arounian	Suplente	Patrocinador	28.07.2016		4 anos	28.07.2020	*		
Rosilene Aparecida Cheron Gentile	Titular	Patrocinador	28.07.2016		4 anos	28.07.2020	*		
Ana Carolina Feracini Gimenes	Suplente	Patrocinador	28.07.2016		4 anos	28.07.2020	*		
Elaine Cristina Eder	Titular	Participante	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	EA 03573	23.12.2014	23.12.2017
Vanessa M ^a C. Freire Tascheto	Suplente	Participante	03.04.2014	03.04.2014	4 anos	03.04.2018	EA 03192	05.09.2014	05.09.2017
Tiago José Kich Temperani	Titular	Participante	04.04.2016	04.04.2014	4 anos	04.04.2020	*		
Jônatas Dell Ducas	Suplente	Participante	04.04.2016	04.04.2014	4 anos	04.04.2020	*		

*(prazo de entrega de até um ano da data da posse)

Diretoria Executiva: 1 (um) Diretor Presidente acumulando AETQ e 3 (três) Diretores, todos certificados:

Nome	Data da posse	Data Exercício Função	Prazo de mandato	Término do mandato	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Carlos Henrique Flory	14.06.2016	04.04.2016***	4 anos	04.04.2020	EI 01764	07.06.2015	07.06.2018
Karina Damião Hirano	14.06.2016	04.04.2016***	4 anos	04.04.2020	EA 03003	29.04.2014	29.04.2017
Karina Marçon Spechoto Leite	08.08.2016	08.08.2016	4 anos	08.08.2020	EA 02359	08.04.2016	08.04.2019
Patrícia Sales de Oliveira Costa	14.06.2016	04.04.2016***	4 anos	04.04.2020	EA 02818	20.12.2013	20.12.2016

*** (data da posse em 14.06.2016, retroativa a 04.04.2016, exceção à Karina Marçon Spechoto Leite)

Comitê de Investimentos estão vinculados os seguintes empregados – 1 (um) assessor, 1 (um) gerente e 1 (um) assistente técnico de previdência complementar - todos certificados:

Nome	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Roberto da Rosa	EA 03641	31.01.2015	31.01.2018
Wânia Maria Ruotti	EA 03504	16.12.2014	16.12.2017
Haidee Nunes Pereira ****	-	-	-

**** A Portaria SP-PRECOM 24/2016 emitida em 23/08/2016 nomeou Tadeu Antônio de Freitas com o Certificado CPA 20 – ANBIMA, data da certificação 06.03.2013, com vencimento em 06.13.2018, em substituição a Sra. Haidee Nunes Pereira.

Comitês Gestores: tomaram posse em 25/06/2015 e estão vinculados os seguintes gestores, por planos de benefícios:





Plano de Benefícios RP	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Ana Cláudia de Oliveira Lopes	Tribunal de Justiça	25.06.2015	EA 04792	24.05.2016	24.05.2019
Gilson Rosenfeld Roza	Tribunal de Justiça Militar	25.06.2015		**	
Marcos Hayazaki	Ministério Público	25.06.2015	EA 04780	22.05.2016	22.05.2019
Ricardo Amorim Leite	Defensoria Pública	28.07.2016	EA 04544	06.04.2016	06.04.2019
Rogério Luiz Buccelli	UNESP	25.06.2015	EA 05105	11.08.2016	11.08.2019
Silvia Mara Correia	Secretaria da Fazenda	25.06.2015	EA 04860	10.06.2016	10.06.2019
Yuri Rutkowski	Assembleia Legislativa	25.06.2015		**	

** (Conselho Deliberativo concedeu prorrogação até 18.10.2016 para a entrega da certificação)

Plano de Benefícios RG	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alexandre Sampaio Zakir	Assembleia Legislativa	30.06.2016		*	
Caio Augusto de Oliveira	Secretaria da Fazenda	25.06.2015	EA 04863	13.06.2016	13.06.2019
Dalton Abranches Safi	Tribunal de Justiça Militar	25.06.2015		**	
Lilian Salvador Paula	Tribunal de Justiça	25.06.2015	EA 04774	20.05.2016	20.05.2019
Marta Elisabete De Araújo	Ministério Público	25.06.2015	EA 04770	19.05.2016	19.05.2019
Ricardo Amorim Leite	Defensoria Pública	25.06.2015	EA 04544	06.04.2016	06.04.2019

* (prazo de entrega de até um ano da data da posse)

** (Conselho Deliberativo concedeu prorrogação até 18.10.2016 para a entrega da certificação)

Plano de Benefícios RG UNIS	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Daniel de Souza Coelho	USP	25.06.2015	PI 04464	10.03.2016	10.03.2019
Fábio Luiz Engler Graner	UNESP	25.06.2015	EI 04347	14.02.2016	14.02.2019
Oswaldo da Rocha Grassiotto	UNICAMP	25.06.2015		**	

** (Conselho Deliberativo concedeu prorrogação até 18.10.2016 para a entrega da certificação)

7.1 Comentários do Conselho Fiscal

Embora alguns membros titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ainda não possuam certificação, todos ainda estão dentro do prazo para sua aquisição, contados a partir da data da posse, conforme estabelece o § 1º do artigo 5º da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar de nº 19 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015.

Já com relação aos membros dos Comitês Gestores, esses não estão contemplados na Resolução, no entanto para fins de habilitação e qualificação desses, a SP PREVCOM decidiu pela exigência dos mesmos requisitos cobrados aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Aqueles que ainda não se certificaram, solicitaram prorrogação do prazo.




Membros Conselho Fiscal



Elaine Cristina Eder
Conselheira Presidente



Rosana Mitico Kitazume Kaneko
Conselheira



Tiago José Kich Temperani
Conselheiro

Anexos

I - Políticas de Investimentos

II - Regulamento do Fundo de Investimento

III - Lâminas de controle de risco e composição da carteira

IV - Relatórios de Execução Orçamentária

V - Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM

VI - Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

VII - Fluxo de Caixa

VIII - Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final

IX – Relatórios Gerenciais (1º semestre 2016)

